

# RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

## **Discursos legislativos contra a linguagem não-binária no Brasil**

*Legislative discourse against non-binary  
language in Brazil*

---

**IRAN FERREIRA DE MELO**

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Brasil

**GUSTAVO JOSÉ BARBOSA PARAÍSO**

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Brasil

Recebido: 4 de abril de 2024 | Aceito: 17 de abril de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.142-160

## RESUMO

Este artigo objetivou identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) que proíbem esse uso linguístico. Para o desenvolvimento da metodologia selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019), Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2003) e estudos da indexicalidade (Melo & Ferreira, 2017). Em princípio, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e realizamos a coleta do corpus em portais de publicação da tramitação desses dados. Em seguida, identificamos as informações referentes à produção e circulação dos dados coletados e, analisamos tais projetos à luz de uma vertente da ACD, a abordagem faircloughiana, com ajuda do pensamento sobre a categoria indexicalidade. Os resultados apontaram que a performance mais utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados foi a de monstrualização dessa linguagem, recorrendo para depreciá-la.

**PALAVRAS CHAVE:** *Linguagem não binária. Gênero. Projetos de lei. Indexicalidade.*

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar la construcción de significado sobre el lenguaje de género no binario en textos legislativos brasileños (proyectos de ley federales y estatales) que prohíben este uso lingüístico. Para la metodología, seleccionamos bibliografía sobre género social (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019), Análisis Crítico del Discurso (ACD) (Fairclough, 2003) y estudios de indexicalidad (Melo & Ferreira, 2017). En primer lugar, hicimos una lectura bibliográfica de las referencias que componen el material de apoyo teórico y recogimos el corpus de portales de publicación para el tratamiento de estos datos. A continuación, identificamos la información relativa a la producción y circulación de los datos recogidos y analizamos estos proyectos a la luz de una vertiente del CAD, el enfoque Faircloughiano, con la ayuda del pensamiento sobre la categoría de indexicalidad. Los resultados mostraron que la actuación más utilizada para dar sentido al lenguaje no binario en los textos analizados fue la monstruosización de este lenguaje, recurriendo a depreciarlo.

**PALABRAS CLAVE:** *Lenguaje no binario. Género. Proyectos de ley. Indexicalidad.*

## ABSTRACT

This article aimed to identify the construction of meaning about non-binary gender language in Brazilian legislative texts that prohibit this linguistic use. To develop the methodology, we selected a bibliography on social gender (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019), CDA (Fairclough, 2003) and indexicality studies (Melo & Ferreira, 2017). In principle, we read the bibliography of the references that make up the material for theoretical support and collected the corpus

on publication portals for the processing of this data. Next, we identify information relating to the production and circulation of collected data and analyze such projects in the light of an aspect of CDA, the Faircloughian approach, with the help of thinking about the indexicality category. The results showed that the performance most used to give meaning to non-binary language in the texts analyzed was to make it a monster, resorting to belittling it.

**KEYWORDS:** *Non-binary language. Gender. Bills. Indexicality.*

## Introdução

Em 2022, o Brasil, mais uma vez, registrou o marco do país com mais da metade de homicídios a pessoas transgênero no mundo, de acordo com os dados apresentados pela agência internacional de pesquisa Trans Respect<sup>1</sup>, a qual aponta que nosso país continua, pelo décimo quinto ano consecutivo, como a nação com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans. Esta entidade coleta informações sobre a situação da população trans no mundo a partir do projeto Trans Murder Monitoring (TMM), da rede Transgender Europe, que contabilizou 96 assassinatos de pessoas trans no Brasil entre outubro de 2021 e setembro de 2022.

Nesse cenário, esta pesquisa tem como objetivo identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária (LNB) de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas sobre esse uso linguístico. Para tanto, vale começar já dizendo que entendemos por linguagem não-binária toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, (2001), por estudos como os trabalhos feitos nos anos 1990 pela pesquisadora brasileira Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007) e por outras referências dos estudos da linguagem. A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico (gênero não marcado, conforme Câmara Júnior, 1970) em algumas línguas. Por sua vez, LIG integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetivam dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

Como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar, usando o pressuposto da indexicalidade, qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.

Nas próximas seções, vamos mostrar uma série de aspectos desta pesquisa, como suas bases epistêmicas e a metodologia do trabalho.

---

1 É uma rede de defesa de direitos, criada em 2005, que proporciona um excelente ambiente para reunir a experiência de ativistas trans de todo o mundo. O site é: [www.transrespect.org](http://www.transrespect.org).

## 1. Conjuntura política em torno da pesquisa

Esforços políticos para o respeito e a inclusão de gênero no português brasileiro não são novos. De acordo com Freitag (2022), o projeto de lei nº 4.610, de 08 de maio de 2001, de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT), que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e nos documentos oficiais, estabelecendo a utilização de vocábulos do gênero masculino apenas para referir-se ao homem; exigindo que toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando do gênero feminino*, já passou por toda a tramitação, com substitutivo aprovado em 2006, e está pronto para entrar na pauta no plenário em regime de tramitação ordinária.

Freitag (2022) ainda aponta que, quase dez anos depois, o projeto de lei nº 6.653, de 16 de dezembro de 2009, da deputada federal Alice Portugal (PCdoB) determina em seu art. 6º: *O Estado adotará o emprego de linguagem inclusiva do gênero feminino na redação de suas normas internas, de seus textos de comunicação interna e externa, bem como editais de concursos públicos*. Tal projeto de lei (PL) foi apensado ao nº 4.857, de 12 de março de 2009, e desde então, foi a plenário dezenove vezes, e a última deliberação legislativa é: “Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes”.

A autora nos lembra que, no entanto, há vitórias. Em 2005, a senadora Serys Slhessarenko (PT) apresentou ao Senado o projeto de lei nº 12, de 16 de fevereiro de 2005, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear a profissão ou o grau em diplomas. Por mais estranho que parecia, até então, os diplomas sempre foram emitidos no masculino genérico, independentemente do gênero da pessoa. Depois de ser aprovado no Senado, esse projeto passou a vigorar como PL nº 6.383, de 11 de novembro de 2009, sancionado em 2012 como lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012, pela presidenta Dilma.

Inclusive, de 2011 a 2016, o Brasil foi governado por Dilma Rousseff, que escolheu flexionar o seu atributo de presidenta. Não se tratava de um neologismo. A forma ‘presidenta’, assim como o emprego do sufixo -enta para cargos ocupados por mulheres, é atestada por instrumentos normativos (gramáticas, dicionários e Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP), embora de uso pouco difundido, o que é reflexo da baixa representatividade de mulheres e do feminino.<sup>2</sup>

Diferentemente da opção de Dilma, Freitag (2022) nos recorda que podemos ver que a ascensão das mulheres às instâncias mais altas do poder não necessariamente sinaliza mudança de padrões na língua usada por elas. Por exemplo, a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, primeira e única mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal, um dos postos mais altos da República Federativa do Brasil, em seu discurso de posse, disse: ‘Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?’. Subjacente à decisão de escolha da ministra, está a concepção de que a opção por uma forma linguística é sempre um exercício de poder coletivo, que leva a mantermos noções, estereótipos, imaginários, representações ou a subvertê-los.

---

2 A marcação de gênero, na língua portuguesa, também ocorre por processos morfossintáticos, como na concordância nominal, a exemplo do uso de nomes comuns de dois gêneros, como ‘o estudante’ / ‘a estudante’. Existe um conjunto de nomes comuns de dois gêneros relativos a profissões, cuja vogal temática é -a, como em ‘motorista’, ‘babá’, ‘dentista’, ‘frentista’. Porém, quando pensamos em motorista, a associação é com o gênero masculino, enquanto quando pensamos babá, a associação é com o gênero feminino.

Além de todos esses esforços para uma LIG de caráter binário – pois expressa o feminino pela revelação da binariedade de gênero –, existem modelos de LIG não binários. Por exemplo, em novembro de 2020, uma escola particular no Rio de Janeiro (RJ) passou a usar a forma ‘querides alunes’ em vez de ‘queridos alunos’, como modelo de representação de grupos heterogêneos de estudantes, com a justificativa de que essa mudança passa a incluir múltiplas identidades sob a marcação de gênero pelo morfema -e. Cinco anos antes, a antiga e conhecida escola Pedro II, também da mesma cidade, sob demanda do corpo discente, adotou o termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes que não têm gênero definido. Estes e outros modos, mais até do que as formas da LIG binária, têm suscitado maior reação de grupos fascistas e é esse exatamente o tema de nosso estudo. Conferimos PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso.

Nas seções a seguir destrinchamos dados praxeológicos do estudo, tais como elementos para entender melhor a LNB, o abrigo do trabalho na ACD e o lugar da indexicalidade na nossa perspectiva.

## 2. Linguagem não-binária e gênero: algumas noções

Para falar de LNB, é preciso que entendamos outras coisas, como a não binariedade de gênero e a própria ideia de gênero. Então, vamos lá. Na nossa sociedade, compreendemos gênero como uma atribuição relativamente fixa das pessoas. Por exemplo, nós dois, os autores deste artigo, somos encarados como homens e isso nos é atribuído por algumas razões fenotípicas, pelo antropônimo que nos deram e nós aceitamos etc. Essa atribuição é uma ideia que se tem dentro de uma cultura como a nossa. Gênero, no entanto, não é entendido dessa maneira para todas as pessoas em muitas culturas e também não existem apenas dois espectros de gênero, como significamos – masculino e feminino. Essa também é uma invenção cultural.

Gênero, hoje, cada vez mais, dentro de pesquisas que estudam o assunto (por exemplo, Bourcier, 2020; Halberstam, 2020; e Mombaça, 2021), é entendido menos como um atributo identitário (como, quando dizemos ‘você é um homem, é masculino’) e mais como uma performance do que você faz ao longo de sua vida, como uma maneira de interagir com as pessoas. Usamos culturalmente muito uma premissa de que gênero está associado ao corpo biológico (nós, Iran e Gustavo, somos lidos como homens, por exemplo, porque temos um corpo formado pela arquitetura cromossômica genética XY, tendo, com isso, uma consequência de desenvolvimento corporal, aparelho reprodutivo, órgão genital e outros atributos denominados masculinos). Tais identificações é o que vemos de praxe.

Gênero é um fazer o tempo inteiro. E mesmo as pessoas que se conformam a essa visão dicotômica dos corpos vivenciam gênero como um fazer a todo instante. Nesse caso, ele é uma ação, uma negociação, um trabalho. Quando dizemos nossos nomes, quando falamos ao usarmos determinadas palavras, quando decidimos que vamos cortar o cabelo de uma forma específica, quando colocamos uma camisa etc., estamos negociando significados com o outro para mostrar um pouco daquilo que queremos, daquilo que achamos que devemos apresentar sobre nosso gênero. Todos esses elementos de linguagem no interior dessa negociação já é gênero. Gênero é, portanto, um regime de saber/poder que nos atravessa a todo instante, não é um dado que carregamos na nossa vida, é um movimento da vida.

A ideia de gênero como masculino e feminino é uma noção binária sobre nossa existência – dois espectros grandes com as suas variações que são designados com esses nomes: ‘masculino’ e ‘feminino’. E ainda, dentro de nossa história secular, o masculino é o lado soberano. Numa sociedade como a nossa, quase todas as pessoas que se associam ao feminino são mitigadas, inferiorizadas.

Há, entretanto, algumas pessoas que transgridem a identidade de gênero como um atributo relativamente fixo e como algo onde se é preciso encaixar pela significação da binariedade. Elas fazem isso simplesmente por não se enquadrarem nesse modelo duonormativo. E essas pessoas são silenciadas. São muitas e estão por aí desde que o mundo é mundo. Elas receberam nome – muitas vezes, para que a entendamos como alguém estranho<sup>3</sup> – e tradicionalmente são tratadas como anormais, doentes, delinquentes, tudo o que é abjeto. O nome mais comum usado no Brasil para elas é ‘pessoas trans’ ou ‘pessoas transgênero’. Já foram chamadas, e ainda são, de ‘transexuais’, ‘crossdressers’, que é o caso de alguns tipos de transgressão; ‘travestis’, uma designação mais ligada à territorialidade, classe e grau de vulnerabilidade; enfim várias nomeações para as diversas maneiras das pessoas transgredirem a norma de atribuição fixa de gênero.

Algumas dessas pessoas não se conformam com a designação de gênero que lhe foi dada, mas vão se aproximando mais, de alguma maneira, com algum dos dois espectros – masculino ou feminino – e tomam a identidade de um deles como proposta de reconhecimento social. Um exemplo muito conhecido no Brasil é o de Thammy Miranda, que era lida como filha, e agora é filho, da cantora Gretchen; e que atua como celebridade e, agora, deputado de São Paulo. Thammy é uma pessoa trans e muita gente acompanhou a transição e tecnologia do corpo dele nas mudanças para ser reconhecido como homem.

Essa é uma migração de um considerado polo de gênero para outro. Thammy se reconhece como uma pessoa trans, porque transgredir a atribuição de gênero dado a ele e vai encontrar abrigo de significação no lado considerado oposto ao que lhe atribuíram. Há, no entanto, pessoas que não vivenciam essa transgressão assim dessa maneira. Transgridem gênero, mas não querem se encontrar nem de um lado nem do outro. Elas ganham muito pouco reconhecimento, compreensão de outras pessoas. Afinal, perguntam: Como alguém não é homem ou mulher numa sociedade como a nossa? Esse é um questionamento muito particular de uma vida ocidental, urbana, capitalista. No entanto, em muitas culturas, ele pode não aparecer. Em culturas indígenas, do Brasil e de outras partes do mundo, em culturas ancestrais, não existe/iam a distinção binária de gênero, as pessoas podiam vivenciar, performar gênero da maneira como elas bem entendem/ssem, sem o fechamento/encerramento duonormativo da generificação.

Numa cultura como a nossa, marcada pela binariedade, as pessoas que desafiam tal norma são abjetificadas. Como alguém não é homem ou mulher? Como alguém não é Mateus ou Maria? Alguém não é José ou Joana? Se não há reconhecimento de quem não entra no binário de gênero, as pessoas trans não binárias fazem um grande esforço para mostrar a sua existência, que pode ser híbrida e pode buscar dados de linguagem de outro lugar que não seja esse de uma cultura como a nossa.

---

3 Neste artigo, vamos usar a própria linguagem não-binária, como não poderia ser diferente diante da defesa que fazemos aqui.

Uma das formas para isso acontecer é operar no domínio da língua e isso ocorre já há algum tempo, mas vem ganhando fôlego graças às práticas de ativismo nas quais as pessoas não binárias (NB) se engajam e tem crescido de alguns anos para cá. Conhecemos muito já, desde os anos 1960, o movimento de gays e lésbicas – pessoas que transgridem normas de sexualidade, mas também de gênero. Depois, nos anos 1990, o movimento trans vai se ampliando. E, a partir principalmente dos anos 2000 e graças a uma série de políticas que empreendemos de visibilidade, juntamente, inclusive, a algumas instâncias governamentais de Estado, as pessoas trans apareceram de diversas maneiras com mais representatividade. Elas começaram a ganhar visibilidade maior nas mídias e nas artes, ainda que sob um recrudescimento forte da transfobia, porque, ao passo que os grupos trans vão se tornando visíveis e ganhando inclusão, há um aumento da violência perpetrada contra eles, como uma não permissão para o desenvolvimento dos direitos dessas pessoas.

Com o surgimento público de mais pessoas NB, passam a acontecer usos da língua que são prioritariamente empreendidos por essas pessoas para que elas ganhem o reconhecimento que geralmente não conseguem. E isso tem dado muito certo, pois é mais uma manifestação da mudança discursiva, pela força coletiva das pessoas. Isso tem acontecido claramente no português, com, por exemplo, o caso do neopronome ‘todes’, um registro que ganhou lugar no Brasil porque tem uma proposta de uma terminação parecida com o que já possuímos em palavras como ‘estudante’, o morfema -e; o que é diferente de outras palavras novas com o término em formas como -x, -@ -\_, que usamos, mas que não têm pauta sonora.

O ‘todes’ inclusive tem sido usado por pessoas de diferentes searas. Nem sempre usam o ‘todes’, às vezes falam ‘todas, todos e todes’, como tratamento, mas a disrupção não binária vem se fazendo presente. Essas manifestações têm sido uma provocação que muitas pessoas binárias têm usado por causa da garra das pessoas NB. É um movimento recente do ponto de vista histórico e tem ganhado eco político forte no Brasil.

Na seção a seguir, vamos conhecer um pouco mais da fonte da ACD em que este estudo bebe para poder analisar a LNB?

### 3. Teoria Social do Discurso e sua contribuição aqui

Norman Fairclough (2001), um dos mais renomados analistas críticos do discurso, afirma que a análise linguística pode servir como um método para estudar processos sociais amplos: mudança de estruturas sociais, construção de identidades etc. Para tanto, Fairclough propõe um método de estudo que investigue a mudança na linguagem como ponte para o estudo da mudança social. Tudo bem a ver com a nossa pesquisa, que se dedica em entender a LNB como disrupção social ao passo que é também disrupção linguística.

Nesse sentido, tal linguista, enxerga uma relação dialética entre linguagem e aspectos da vida sociocultural, de modo intrínseco e intrincado. Ele não se dispõe a fazer análise de discurso como puramente um procedimento epistemológico sobre a linguagem, mas para compreender a interação humana como fenômeno de causa de transformação social. Nesse sentido, seu postulado maior afirma: os discursos refletem as relações sociais e as constroem ao mesmo tempo, num movimento dialético.

Sob essa abordagem, qualquer evento discursivo, para o autor, é considerado simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social, o que exige de nós que, para cada dimensão

dessa, uma análise crítica de discurso faça respectivamente uma análise linguística (agimos assim, com nosso corpus, quando analisamos a indexicalidade), uma análise do processo interacional (procedemos assim quando descrevemos os PLs em seu funcionamento) e uma análise das circunstâncias sociais (fizemos isso quando interpretamos os resultados das outras duas análises anteriores à luz de uma leitura da conjuntura sociopolítica sobre a população trans NB no Brasil). Essa relação dialógica entre essas dimensões constitutivas do mesmo fenômeno, para esse pesquisador britânico e para nós, configura um método dialético-relacional do discurso, que lê os fenômenos de linguagem como rizomáticos.

De acordo com Fairclough (2001), as hegemonias são organizadas, produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Essa máxima contribuiu para que esse analista definisse seu interesse por aquilo que ele chama de Teoria Social do Discurso, “uma orientação para a luta e mudança histórica no discurso (Fairclough 2001: 51). Tal perspectiva se tornou muito conhecida como uma abordagem, dentro das análises de discurso, denominada por Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), uma vez que, ao examinar as relações de poder hegemônicas, fazia isso sem perder de vista a análise triangular daquelas três dimensões, incluindo e chegando, ao fim e ao cabo, à semiose.

Dentre os postulados da ADTO, está a compreensão de que a linguagem preenche a função de representar, ou construir experiências sobre o mundo. Essa ideia está muito arraigada de maneira geral entre nós e é bastante presente em quase todas as teorias linguísticas. Nessa seara, uma categoria analítica propícia para o estudo da representação é a indexicalidade.

Quando agimos por meio da linguagem, fazemos coisas a e com ela, ou seja, encenamos performances como [...]. Nessas ocasiões, estamos também tecendo um laço entre o contexto translocal e local, indexalizando ou apontando para valores, ideologias e crenças do primeiro no segundo. Esse laço, que precipita do translocal para o local, é conhecido como o fenômeno da indexicalidade (Ochs, 1992; Blommaert, 2006; Rocha, 2013, apud Melo & Ferreira, 2017).

Esse laço entre o contexto translocal e o local nos aponta as diferentes possibilidades de expressões linguísticas e de índices sociais, que surgem em uma hierarquia nos contextos linguísticos, também nos aponta que determinadas características sociais são mais salientes, e, portanto, ativadas antes de outros índices.

Para entender a indexicalidade, de acordo com Melo e Ferreira (2017), é importante que pensem o seguinte. O ser humano é um caçador de sentido. Se temos algo de inato, não são nossos órgãos, nossa condição biológica – afinal muita gente nasce a despeito das normas fundamentais do corpo. Se temos algo de inato, é nossa capacidade de significar. E, se isso acontece é porque interagimos. A inter-ação é o fundamento da vida. Ela é o fim, o início e o meio, seja como o outro que está logo na nossa frente, seja com todas as intervenções que nos assaltam pela cultura e pelo inconsciente.

Significar, portanto, é significar com. E isso exige de nós acreditar na aparência. Em cultura, precisamos da aparência (Palmo, 2014). Como cordeirinhos desamparados, nos amparamos na aparência, que é uma astúcia da nossa mente – uma invenção da nossa necessidade de interagir. Vemos, ouvimos, sentimos, mas só acreditamos na aparência. Isso porque capturamos o que ver, ouvir, sentir. O rosto de alguém, a palavra, a luz, nosso medo, o corpo reclamando uma necessidade fisiológica. Tudo se torna aparência para justificarmos a nossa fatídica condição de interagir.

Quando leio, fundamentalmente interajo. Quando entendo, falo, decido, soffro... Não faço outra coisa senão inter-agir com a aparência, que funciona como pista do sentido a que eu posso chegar. Por exemplo, estas palavras aqui que você lê são um tanto de indícios, pistas, potencialmente capazes de produzir sentido a você que é falante do português, que as viu ou ouviu antes.

Os indícios são o corpo dessa aparência, cuja vida é o sentido com o qual interagimos. Não estamos escrevendo para alguém em particular, com um corpo em particular. Escrevemos para uma força de cuja capacidade de cooperar conosco podemos nos valer para dar alguma razão ao que estamos dizendo. Nesse sentido, os indícios são condições essenciais à nossa necessidade de sermos humanos e o nome que podemos dar a tal captura desses indícios a todo instante, sem sossego, intervalo, numa sequência absoluta, é indexicalidade.

Poucas vezes, lemos a indexicalidade. Nem na escola nem na vida aprendemos isso. No entanto, o que mais fazemos é entender a aparência. Assim, ler a indexicalização da aparência nos conduz a perceber como acontecem as manobras semânticas – é um exercício crítico.

Fazemos isso, percebendo a indexicalidade em diferentes níveis: a indexicalidade primária, quando o índice é um item lexical; a indexicalidade secundária, quando o índice é uma lexia ou um arranjo mais amplo do que o item, como o sintagma; a indexicalidade terciária, quando o índice é um gênero textual ou um texto em particular; e a indexicalidade discursiva, quando o índice é uma ordem de discurso, um modo particular de construção de sentido – nível que se realiza nos outros e que só podemos ler se também percebermos a manifestação dos índices dos outros níveis.

Veremos mais à frente qual performance indexical ocorreu com maior frequência no nosso objeto e traremos uma interpretação desse registro.

#### 4. Um pouco mais sobre a metodologia

Para esta pesquisa, o marco teórico é formado por uma bibliografia sobre gênero social e Teoria Queer (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019) e o marco analítico serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados (Melo e Ferreira, 2017). Este recebeu inspiração na ACD, sob a esteira de Norman Fairclough (2003) em sua proposta de uma análise de discurso explanatória – em particular, em sua teoria-método denominada Teoria Social do Discurso. A metodologia aqui foi dividida nas seguintes etapas, que não necessariamente são sequenciais.

1. Leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e analítico, funcionando como um momento de início e continuidade para pensar no problema de pesquisa como um obstáculo social, identificando a rede de práticas em que ele está inserido e conhecendo a prática particular que é o discurso legislativo.

2. Coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à LNB – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados.<sup>4</sup> 63 PLs federais foram cole-

---

4 É importante explicar que o trâmite institucional dos PLs consiste nas seguintes etapas: apresentação do texto pelo/a parlamentar, passagem por comissões para análise legal (como comissões de Educação e Justiça); votação na câmara e, no caso dos PLs federais, votação também na Câmara do Senado. Após

tados no site da Câmara Federal (camara.leg.br) e os projetos estaduais foram colhidos nos portais específicos das assembleias legislativas de cada estado. As palavras-chave usadas para indexar os campos de busca dos sites foram ‘linguagem neutra’, ‘ideologia de gênero’ e ‘gênero’, previamente observadas no corpus por envolver modos bastante populares de nomeação da LNB.

3. Identificação de informações referentes à produção e circulação (quantidade, registros, autoria, data de apresentação, tramitação, apensamento) dos dados coletados, para verificação da ordem do discurso de uma prática particular na rede de práticas sociais em que o problema está inserido e para a análise de dados contextuais.

4. Ainda análise do discurso, mas agora na fase de interpretação dos dados à luz dos recursos lexicais que indexam a LNB, iniciamos a análise do texto dos projetos sob a esteira de uma vertente da ACD. Pois dentro dos pressupostos que essa perspectiva de estudos apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade. Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Os valores, os discursos, as narrativas, as vozes e as convenções sociais indexadas e hierarquizadas são, então, as ordens de indexicalidade (Melo e Ferreira, 2017). Através da indexicalidade, é possível desvendar as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

5. Identificação dos seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência à LNB nos PLs analisados. São eles: ‘**linguagem neutra**’, ‘**gênero neutro**’, ‘**neolinguagem**’ e ‘**linguagem não-binária**’. Tendo encontrado essas expressões analisamos, sob o olhar de um estudo acerca da indexação, a produção de sentido que essas palavras imprimem ao referenciar a LNB. Observamos que elas realizam nove (9) performances diferentes, performances essas nomeadas por nós ao observarmos as funções semânticas que elas apresentam. Verificadas essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual aquela mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

6. Socialização, conjuntamente orientador-bolsista, a pesquisa e seus resultados em diferentes meios. Inicialmente publicamos os resultados do relatório parcial em dois veículos de divulgação popular científica: no portal de notícias Marco Zero Conteúdo e na agência de jornalismo independente Diadorim. Apresentamos comunicação oral na XII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Jepex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco e no IV Congresso Brasileiro de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PE.

---

isso, o texto é conduzido para o Poder Executivo sancionar ou não. Vale dizer que alguns projetos são apensados, ou seja, unidos a outros de mesmo teor, propostos por outra/o parlamentar, para formarem um terceiro – isso acontece, por exemplo, quando um primeiro projeto foi arquivado e seu autor ou sua autora não atua mais numa nova legislatura.

## 5. Um breve panorama dos resultados e da discussão

A coleta de dados se iniciou com a busca dos PLs na Câmara Federal. O resultado desse processo nos apresentou algumas particularidades, e dentre as quais podemos destacar: a) Anos das proposições: 2014 (1), 2020 (4), 2021 (9), 2022 (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (1), Partido Liberal/PL (3), Partido Social Liberal/PSL (5), Progressistas/PP (2), Podemos (1), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (1), Partido Social Democrático/PSD (1); c) Estados proponentes: Paraná (1), Minas Gerais (2), Rio de Janeiro (2), Rio Grande do Sul (1), Pernambuco (1), Acre (1), Mato Grosso (1).

Podemos observar sobre as ementas desses PLs que a justificativa para sua tramitação se situa sempre no objetivo de se preservar a norma culta, seja por uma proteção da língua portuguesa, ou meramente uma proibição sobre as questões de linguagem e gênero. Apontamos ainda que a maioria foi pensada (anexada) a outros PLs, seja por tratar do mesmo tema, ou pelo seu arquivamento, conforme determinação de regimento interno da Câmara, como, por exemplo, no caso do/a parlamentar proponente do PL encerrar sua legislatura. Em sua tramitação pensada, quem relata esses PLs dá o seu parecer de maneira única, porém se pronunciará sobre todos os outros PLs pensados, recomendando a aprovação ou a rejeição deles ao PL que encabeça os pensados. Cabe ainda observarmos que essa manobra jurídica são artifícios para manter a tramitação desses PLs em pauta nas mesas e comissões legislativas, visando sobretudo a uma brecha na pauta de votação para apresentarem tais projetos na ordem do dia, bem como para que possam passar despercebidos por parlamentares desfavoráveis e, com isso, possibilitar aprovação mediante votação favorável por maioria.

Ainda sobre a coleta do corpus, buscamos os PLs nos Estados da Federação. Utilizamos como ferramenta para buscar esses dados os sites das assembleias legislativas estaduais. A partir deles, extraímos informações sobre os PLs e destacamos as seguintes: a) Estados Proponentes: Distrito Federal (5), Goiás (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Acre (1), Amazonas (2), Rondônia (2), Roraima (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (3), Rio de Janeiro (6), São Paulo (5), Paraná (2), Rio Grande do Sul (4), Santa Catarina (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (2), Progressistas/PP (2), Partido Social Democrático/PSD (3), Partido Social Liberal/PSL (6), Movimento Democrático Brasileiro/MDB (1), Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB (3), Partido Liberal/PL (9), União Brasil/UNIAO (4), REPUBLICANOS (10), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (4), Democracia Cristã/DC (1); c) Anos das proposições: 2016 (1), 2017 (1), 2020 (9), 2021 (18), 2022 (4), 2023 (4).

Verificamos que as ementas desses PLs, assim como o seu apensamento, corroboram com os dados que obtivemos na coleta da Câmara Federal, onde se tem por objetivos: proibir o uso da LNB, alegando que esta é contrária às regras gramaticais vigentes; além de preservar a norma culta de nossa língua de ameaças ao ‘bom português’. E no que diz respeito aos seus apensamentos, eles obedecem às mesmas condições observadas na Câmara Federal.

Um ponto que devemos demonstrar é como é notória a quantidade de PLs que iniciam sua tramitação durante os anos de 2020 e 2021. Sabemos que o governo que estava no poder era o do ex-presidente Jair Bolsonaro e que os partidos que propuseram esses PLs, em sua grande maioria, faziam parte da base governamental, sendo seu viés político/partidário condizente com discursos provenientes da extrema direita conservadora que se proliferou no Brasil.

Uma súmula do primeiro momento analítico e de caráter contextualizador está presente no quadro a seguir:

## QUADRO 1

Resultados da análise 1

### RESULTADOS DA PRIMEIRA ANÁLISE – ANÁLISE CONTEXTUALIZADORA

(1) Atualmente tramitam 15 projetos de lei na Câmara Federal e 48 projetos nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal.

(2) O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2014 pelo deputado federal do estado da Bahia Erivelton Santana (Partido Social Cristão/PSC), já o projeto mais recente começou a tramitar em 13 de fevereiro deste ano na Assembleia Legislativa do Amazonas, sob autoria da deputada Débora Menezes (Partido Liberal/PL).

(3) 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia da Covid-19 e estava sob o governo de Jair Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, 09 federais e 24 estaduais.

(4) O estado representante da maior quantidade de projetos é o Rio de Janeiro (08), seguido pelo Distrito Federal (07).

(5) Pará, Amapá e Tocantins são os únicos estados que não têm PL representado por parlamentares.

(6) Todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.

(7) Predominantemente os projetos impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Para um segundo momento de nossa análise, identificamos recursos lexicais que indexalizam a LNB, conforme os postulados de Melo e Ferreira (2017), para quem a indexicalização na linguagem ocorre por meio do processo de referência que pistas linguísticas realizam. A indexicalidade é a capacidade que todos os recursos linguísticos possuem de construir uma realidade no mundo e, conforme as autoras e para nós nesta pesquisa, esta é uma maneira rápida e fácil de identificar quais performances de referências à LNB são mobilizadas nos PLs em análise ou, em outras palavras, como esses projetos constroem sentido sobre a LNB, a fim de conduzir os seus interesses.

Os quatro itens lexicais que mencionamos foram os mais identificados a partir da leitura dos projetos e buscam, em todos, fazer referência ao que aqui em nosso estudo denominamos de 'linguagem não-binária' (LNB).

Para entendermos a indexicalização dessas palavras, isto é, o que elas constroem no contínuo dos textos, verificamos que sua articulação se realiza em 9 performances diferentes, quais sejam: **objetivo, definição, exemplificação, adjetivação, causa e efeito, problema e solução, conclusão, citação e paráfrase**. Todas essas performances foram nomeadas assim por nós, sob verificação das funções semânticas nas sentenças onde se apresentavam os itens. A seguir expomos um exemplo de operação textual para cada performance em excertos dos PLs que estiveram em análise.

## QUADRO 2

Exemplos de performances

PERFORMANCES	EXEMPLOS
<b>Objetivo</b>	Ela [a linguagem neutra] promove alterações significativas, realizadas de forma descabida por particulares para beneficiar as ditas “minorias”, a fim de atender a fins puramente ideológicos.
<b>Definição</b>	Entende-se como “linguagem neutra” toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, escrito ou falado, em que anula as diferenças de pronomes de tratamento femininos e masculinos, baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes.
<b>Exemplificação</b>	Uma escola, por meio de circular, avisou aos pais dos alunos que havia decidido utilizar o dialeto não binário <sup>5</sup> nas atividades escolares, para tanto exemplificou que utilizaria a partir de então a expressão “queridEs alunEs”.
<b>Adjetivação</b>	Na França, a Academia Francesa já se pronunciou: “Frente a essa aberração inclusiva, a língua francesa está em perigo mortal”.
<b>Causa e efeito</b>	Cumprе ressaltar, que esse dialeto não binário afasta ainda mais as pessoas, polarizando a nossa sociedade.
<b>Problema e solução</b>	Verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra.
<b>Conclusão</b>	Não se pode permitir utilizar a “linguagem neutra” como meio de militância. <sup>6</sup>
<b>Citação</b>	Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical.
<b>Paráfrase</b>	Em resumo, de modo geral, a linguagem neutra consiste em não determinar gênero masculino ou feminino para incluir pessoas não-binárias (aquelas que não se identificam como homens ou mulheres).

Para ‘linguagem neutra’, identificamos 48 ocorrências dessas diferentes performances, com média de quatro registros cada uma. Em ‘gênero neutro’, verificamos cinco ocorrências das performances, com média de um registro para cada operação. Com ‘neolingüagem’, encontramos seis tipos de performances, com média de um registro para cada operação. E para ‘linguagem não-binária’, identificamos catorze performances, com média de dois registros para cada.

5 ‘Dialeto não binário’ foi outra forma que achamos em nossos dados, mas não é tão recorrente como os quatro itens que citamos.

6 A conclusão está aqui como operação para indicar o encerramento de um raciocínio desenvolvido nos textos em tela.

A performance mais frequente nos textos analisados é a **adjetivação**, existindo em 23% das ocorrências e, com um número absoluto de 49 casos. Abaixo seguem mais três exemplos dessa performance para apenas ilustrar sua saliência nos dados.

## QUADRO 2

Exemplos de adjetivação como performance dos itens referentes à LNB

- 
- (1) Ela é um subproduto intelectual da dita “teoria de gênero”. É totalmente incompatível com a índole de nosso idioma (avesso ao “gênero neutro” utilizado em outras línguas).
- 
- (2) Na verdade, esse movimento fere a norma culta e é considerado como uma linguagem incorreta e inadequada, em especial, na formação pedagógica dos alunos de todos os níveis.
- 
- (3) Trata-se de uma deturpação da Língua Portuguesa.
- 

Entendemos a adjetivação como uma performance aqui que realiza uma apreciação da LNB, em geral constituída por uma oração formada por processo relacional (‘ser’, como nos exemplos 2 e 3 acima) ou alguma variante, demonstrando, enfim, uma predicação para essa linguagem inclusiva. Em muitos momentos, os PLs realizaram adjetivação depreciativa, como ao dizer que a LNB é uma invenção, aberração linguística e tragédia histórica.

Qual interpretação fazemos dessa recorrência da adjetivação?

Apreciar a LNB é um dos exercícios mais simples que se pode fazer, haja vista a avaliação por meio da adjetivação está presente em quase todos os usos linguísticos, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004). Considerando isso e o fato de que as adjetivações aqui apresentadas serem, muitas vezes, marcadas por olhares depreciativos, podemos afirmar que as estratégias argumentativas de tais PLs são bem elementares, infantis do ponto de vista da elaboração retórica. Mas isso não faz de tais registros algo inofensivos. Pelo contrário. É justamente com esse tipo de argumentação que chegamos mais rapidamente às pessoas e as convencemos de maneira muito mais objetiva.

Apreciar negativamente associando a LNB a um problema e a uma desordem é mais uma face da abjetificação que os discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. O que é abjetificar? De acordo com Kristeva (1982), a abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção de que esse algo é tão horroroso que desorganiza a ordem vigente. E é isso que acontece com a construção de sentido que PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB.

Ao abjetificar essa linguagem, tais projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do queer. No horizonte de uma política queer, o discurso dos PLs que estudamos pode até pensar que mata a existência da disrupção da LNB, mas sua face é ambivalente para nós que nos filiamos a tal política. Se nos chamam de aberração – como aparece nos textos de nosso corpus – nos erguemos desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (Melo, 2022), que toma desse discurso de ódio, sem a sua permissão, o termo que usam para nos matar, a fim de dizer: não queremos nunca sermos iguais a vocês ou o que consideram bom e, se essas adjetivações são as formas como nos enxergam diferentes, nós as assumimos como resistência a suas práticas de morte contra nossos corpos.

Nesse sentido, é a partir de uma emergência da aberração que nós, Gustavo e Iran, aqui falamos, como corpos que não ousam se assimilar ao normal de nosso algoz e recusamos a docilidade dos termos que nos aproximam dos propositores (no masculino gramatical aqui propositalmente) de tais projetos de lei. Como as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo dissidente da norma, há vida e resistência na adjetivação – projeto de morte – dos PLs. Nesse ponto, vislumbramos que os resultados dessa segunda análise, textual/discursiva, nos mostram os ingredientes ainda presentes para a resistência: a saída está, como nas políticas queer das ruas, em não achar que precisamos desviar de tais adjetivações. Elas são bem-vindas na medida em que podemos contrabandeá-las como munições para as nossas existências.

Fornecemos um apêndice ao final deste texto, onde apresentamos um resumo das informações principais dos PLs em formato de um quadro geral. Excertos desse recorte da análise 2 podem ser encontrados por você que nos lê no QR code da figura 1. Lá há mais detalhes também sobre as performances. Procure por ‘Análise indexical’. Gostaríamos ainda que você visse, por meio desse link, o material que coletamos. Colocamos nesse mesmo link também os textos dos PLs.

## FIGURA 1

QR Code para o drive com dados da pesquisa



### Considerações parciais/finais

A construção das diversas sociedades, em muitos momentos da história, esteve pautada nas relações de poder que se edificaram de várias formas. Dentre os diferentes mecanismos de controle e normatização das populações, os dispositivos de biopolítica que disciplinam e controlam corpos e desejos sempre estiveram à frente, causando sofrimento e morte a quem ousa expressar-se de maneira adversa aos seus preceitos (Miskolci, 2015). Com a crescente guinada política nessa direção que nosso país tem vivido, tanto no âmbito sociopolítico macro, quanto na formação micropolítica, diversos setores sociais vêm, cada vez mais, ocupando espaço na ratificação das relações de poder heteronormativo, que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários sobre as pessoas.

Como considerações finais, podemos afirmar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos: 1. a promoção da norma culta

do português brasileiro; 2. o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil; 3. o não cumprimento de acordo ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009; 4. o direito de estudantes ao aprendizado da língua; 5. e a proteção à família.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB. É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não de se perder de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade *queer* aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Esse cenário que descrevemos é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos sem esmorecer.

## Referências

- BOURCIER, Sam. *Homo Inc.orporatad.* Trad. Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- BUTLER, Judith Butler. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.* Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)
- BUTLER, Judith Butler. *Discurso de ódio. Uma política do performativo.* Trad. Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].
- CÂMARA JR, Joaquim M. *Estrutura da língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1970.
- COULTHARD, Carmen-Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad.* V. 1(2), p. 230-246. 2007.
- CULT. *Dossiê Teoria Queer.* Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social.* Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research.* Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

FREITAG, Raquel M. K. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, Fábio R.; OTHERO, Gabriel de A. (Orgs.) *Linguagem “neutra”*. Língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial. p. 53-72.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Trad. Bhuvli Libanio. Recife: CEPE Editora, 2020.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Cristian. *An introduction to Funcional Grammar*. Londres, Edward Arnold: 2004.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.

MELO, Iran Ferreira de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) *Estilos e discursos. Uma contribuição para os estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Revista Periódicus*. 1ª edição, mai-out., 2014.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. São Paulo: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, João M. de. *O que quer o queer? Podcast Larvas Incendiadas*. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

PALMO, Jtesunma Tenzin. *No coração da vida. Sabedoria e compaixão para o cotidiano*. Trad. Jeanne Pilli; Lúcia Brito. Rio de Janeiro: Lúcida Letra, 2014.

**IRAN FERREIRA DE MELO.** Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer). Organizador do primeiro dossiê científico em Linguística Queer no Brasil, publicado no periódico *Cadernos de Linguagem & Sociedade* (UNB-2020). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP). Investigador da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e da Rede Internacional Discurso e Gênero – Violência e Resistência – na Associação de Estudos sobre Discurso e Sociedade (EDiSo).

Correo electrónico: iranmelo@hotmail.com

**GUSTAVO JOSÉ B. PARAISO.** Graduado em Comunicação Social- Rádio e TV pela UFPB. Graduando em Letras- Português e Espanhol pela UFRPE. Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Pesquisador em Linguística pelo CNPq. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq na pesquisa *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*, cujo objetivo é analisar sob à luz da Análise Crítica do Discurso os argumentos e justificativas encontrados nestes textos proibitivos.

Correo electrónico: guga.paraiso@gmail.com